

DE OLHO NO FUTURO

FH domina Congresso e ganha superpoderes

Com aprovação da reeleição, presidente chega à metade do mandato como candidato favorito à própria sucessão, com força para influir no rumo do Legislativo e diante de uma oposição fragilizada

JOSÉ CASADO

A aprovação da emenda que possibilita sua reeleição deixou o presidente Fernando Henrique Cardoso em uma posição política singular: na metade do atual mandato, ele já é candidato a mais quatro anos de poder, liderando as pesquisas de opinião pública, diante de uma oposição fragilizada e demonstrando força parlamentar capaz de influir nos rumos do Legislativo, até a eleição do ano que vem.

Não há precedente na história republicana. Sobretudo para o caso de um presidente eleito que mantém uma rotina de governo à margem do Legislativo, usando poderes excepcionais previstos na Constituição. Desde a posse, a cada semana ele manda publicar no *Diário Oficial* uma medida provisória. Já editou e reeditou 99. E ainda conta com uma docilidade da Câmara e do Senado capaz de causar inveja a qualquer dos antecessores eleitos. De cada dez leis produzidas nos últimos dois anos, sete nasceram da caneta Bic que Fernando Henrique utiliza em despaços no Palácio do Planalto.

Na semana passada, o presidente pôde exibir o apoio de 65,5% (336) dos deputados ao seu projeto de continuidade no poder. Foi a primeira das quatro votações previstas para a emenda constitucional da reeleição. Mas a dimensão da vantagem que conseguiu, fragmentando os partidos de oposição, surpreendeu os adversários da ideia de deixar o poder em suas mãos pelos próximos seis anos.

Controle — Tudo indica que o presidente fará nova demonstração de força nesta semana, durante as eleições dos presidentes da Câmara, na quarta, e do Senado, na quinta-feira. Dentro do Congresso, Fernando Henrique está tentando consolidar seu controle sobre a maioria governista, que até uma semana atrás se mostrava ocasional e desorganizada.

Com três partidos (PSDB, PFL e PTB), compôs o núcleo de uma operação que tem o objetivo de dominar posições estratégicas no Legislativo. Se bem-sucedida, os aliados presidenciais passam a deter não apenas o comando dos plenários e das principais comissões, como também as relatorias das emendas constitucionais e dos projetos de lei que o governo julgar prioritários nos próximos anos.

O presidente joga com a máxima limitação do espaço da oposição. Quer evitar manobras como a ocorrida na regulamentação da quebra do monopólio do petróleo. No Senado, o relator aliou-se a facções nacionalistas e fez menos do que o Palácio do Planalto desejava.

No plenário do Congresso, a maioria seria garantida com fatias expressivas do PMDB e do PPB. É deles que o governo depende, (no mínimo, em 95 votos na Câmara e 9 no Senado) para assegurar a maioria necessária à aprovação de emendas constitucionais. No caso do PMDB, está sendo esboçado um acordo com o senador e ex-presidente José Sarney (AP), hoje o líder mais influente no partido.

Fração — Na terça-feira, metade dos deputados do PMDB e do PPB deu ao presidente os votos que precisava para aprovar a emenda da reeleição. Isso contra a vontade expressa de seus líderes regionais, todos potenciais candidatos à sucessão em 1998. Entre eles, o ex-prefeito Paulo Maluf.

O presidente fracionou os partidos. "Não ficou um único inteiro", observou, com ironia, o deputado Delfim Netto (PPB-SP), um dos caciques derrotados. A oposição ficou isolada. O líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, gastou a semana, ao telefone, tentando mobilizar os parlamentares petistas para uma ofensiva de fiscalização sobre os gastos do Executivo, a partir de março. A todos, deixou claro a preocupação com uma oposição fragilizada, sem rumo e escassa de votos no Congresso e nas sondagens eleitorais. "Corremos o risco de ficar até sem discurso", reclamou Lula.

Na prática, a sucessão foi deflagrada e Fernando Henrique é o principal candidato. "Os empresários não têm dúvida de que ele será reeleito", repetia o banqueiro Olavo Setúbal (Itaú), um dos que passaram por Brasília no meio da semana para cumprimentar o presidente. "Agora, o governo tem força para aprovar tudo, a começar pelas reformas tributária, administrativa, política e da Previdência", acrescentou o industrial Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim). Junto com o Bradesco, os grupos Itaú e Votorantim foram responsáveis pela maior fatia (20%) das doações à campanha de Fernando Henrique, na eleição de 1994.

O cenário da campanha em marcha não podia ser mais favorável ao presidente-candidato. Do ângulo das finanças públicas, o Planalto se impõe como centro possível de

socorro a que a maioria dos governadores e prefeitos devem recorrer, caso sonhem com a própria reeleição. Isso porque 80% dos Estados e 90% dos municípios estão virtualmente falidos. E Fernando Henrique dispõe de um significativo caixa para investimentos, nos próximos dois anos.

A começar pelo Orçamento deste

FH
98

ORÇAMENTO
GARANTE
RECURSOS PARA
O PLANO BRASIL



1997, que o Congresso lhe envia para sanção, nesta segunda-feira. O governo ficou com o poder de remanejar e bloquear a liberação de recursos, mesmo que tenham destinação específica previamente definida em lei.

Na Lei Orçamentária, aprovada 24 horas depois da emenda que permite a reeleição, o governo reservou quase R\$ 4 bilhões para um programa de obras capaz de garantir a Fernando Henrique uma festa de inauguração a cada 15 dias — com palanque e microfone — nos maiores redutos eleitorais, a partir do segundo semestre.

Esses recursos estão distribuídos sob rubricas de gastos dos Ministérios do Planejamento, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e dos Transportes. O volume de dinheiro nas mãos do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, saltou de R\$ 700 milhões para R\$ 1,2 bilhão, no espaço entre o envio da proposta orçamentária e sua votação final. Na área de transportes, 25% dos gastos foram separados para a construção de estradas — mais do que o previsto para conservação das existentes.

Dois terços dos investimentos estão dirigidos aos Estados de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul, o núcleo político e econômico dominado pelo PSDB de Fernando Henrique, que concentra mais da metade do eleitorado. Só para São Paulo, foram reservados R\$ 400 milhões para obras.

No Planejamento, há uma lista de 42 empreendimentos considerados prioritários nessas regiões. Em tese, todos dependem de recursos orçamentários. Na vida real, o governo está usando todo o poder de que dispõe para assegurar um caixa-extra para projetos dessa natureza. Isso lhe permitirá definir com exatidão quais projetos realmente atendem a seus objetivos e financiá-los de forma absolutamente autônoma, à margem da eventual ingerência de congressistas.

Assim, há recursos do Orçamento para sustentar o andamento do chamado Plano Brasil em Ação, do ministro Kandir, que prevê projetos para todas as regiões, exceto o Nordeste. Mas, em paralelo, haverá disponibilidades extras, como o dinheiro que será extraído do orçamento da Saúde (25% dos recursos da CPMF). E, principalmente, um megacaixa a ser formado com parte da venda de ações de empresas privatizadas, a começar pela Companhia Vale do Rio Doce.

No Nordeste, onde está um terço do eleitorado, prevêem-se parcerias com Estados para obras de saneamento nas grandes cidades. Já em áreas estratégicas do interior nordestino, o caixa do Ministério de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

deve financiar a conclusão de duas dezenas de açudes e barragens.

A caneta, o *Diário Oficial* e dinheiro em caixa, dentro e fora do Orçamento, facilitam a travessia do presidente-candidato até as urnas. Mas seu maior cabo eleitoral continua sendo a inflação abaixo de 1% ao mês. Foi isso que o elegeu em 1994 e, na semana passada, emulou a abertura de um processo eleitoral que pode deixá-lo por mais seis anos no Palácio do Planalto. Fernando Henrique provou que a inflação abaixo de 1% ao mês funciona como magia política.

INFLAÇÃO
ABAIXO DE 1%
OPERA COMO
MAGIA POLÍTICA

Ao abrir a porta da reeleição, ela pode ter lhe dado aquilo que ele e os executores do Plano Real mais desejavam: tempo. Houde uma drástica mudança na cena política brasileira, na terça-feira, mas não se registrou uma única especulação sobre alterações de rumo na economia. Não se viu banqueiro, industrial, economista ou político falando sobre mudanças significativas no Plano Real. Ao contrário, expressou-se o consenso de que o governo ganhou força política e o tempo necessário para manobrar em cima do foco central das dificuldades na gestão de seu plano — o déficit fiscal.

Como gasta mais do que arrecada,

o governo toma dinheiro emprestado. E a custos crescentes no mercado financeiro. No ano passado, gastou R\$ 20 bilhões. Neste ano vai gastar R\$ 25 bilhões. É uma soma extraordinária, equivalente a mais da metade de toda a despesa anual (salários e encargos) com o funcionalismo federal.

Juros — Essa necessidade crescente que o Tesouro tem de dinheiro reduzida em aumento constante das taxas de juros. O juro alto torna inviável o investimento privado interno. Sem expansão do mercado de trabalho, dramatizam-se as taxas de desemprego — como ocorre na Argentina do recém-reeleito Carlos Menem. Mas o juro alto atrai capital estrangeiro às bolsas de valores. E o governo precisa desse capital externo para ajudar a financiar seu déficit. E só consegue atraí-lo com juros altos.

A situação atual é reconhecida como de extrema fragilidade, porque a inflação caiu, mas o déficit fiscal continua. E cresce a cada ano. Para evitar fuga de capitais, como ocorreu no México dois anos atrás, o governo Fernando Henrique tem necessidade política de ir sinalizando sua disposição de reduzir o déficit. Não é tarefa de curto prazo, porque pressupõe mudanças em aspectos fundamentais da Constituição.

A abertura da porta para a reeleição, na semana passada, tem o efeito imediato de indicar que o go-

verno possui força no Congresso, respaldo na opinião pública e, sobretudo, um horizonte de mais seis anos para — e desejar — realizar as alterações na Carta que levem à redução do déficit. E, assim, garantir a continuidade da estabilização inflacionária. Esse diagnóstico era comum nas reuniões de diretoria de corporações financeiras como Citibank e Meril Lynch, responsáveis por boa parte do capital estrangeiro que cruza no País.

Na sexta-feira, o presidente subiu em um palanque no Rio: "Que venha outro candidato para que eu possa descansar", ironizou. Estava ali anunciando a liberação de uma verba de milhões de R\$ 10 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras no Porto de Sepetiba. O candidato dos 3,3 milhões de votos, em 1994, voltou às ruas.

Fernando Henrique é um personagem com uma biografia bem-sucedida, tanto na vida política quanto na carreira acadêmica. Raros foram seus momentos de fracasso. Um deles está indelével na sua memória. Aconteceu na eleição municipal em São Paulo, em 1985. Ganhou Jânio Quadros, que fez questão de detetizar a cadeira de prefeito na qual o derrotado se sentara, na véspera do pleito, posando para uma foto de revista. Naquela vez, o candidato Fernando Henrique tropeçou no excesso de confiança em si mesmo: foi tocado pela soberba.